



**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 24/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, E A EMPRESA L7 CONSTRUTORA LTDA., VISANDO À MODIFICAÇÃO DA FORMA DE PAGAMENTO DO OBJETO (PROCESSO Nº 00600-00002395/2024-92).**

Pelo presente instrumento, o **DISTRITO FEDERAL**, por intermédio do **TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**, com sede nesta Capital, inscrito no CNPJ/MF nº 00.534.560/0001-26, neste ato representado na forma do Regimento Interno e Portaria - TCDF nº 15, de 6 de janeiro de 2023, artigo 1º, inciso XVI, pelo seu Secretário-Geral de Administração, **Sr. PAULO CAVALCANTI DE OLIVEIRA**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **L7 CONSTRUTORA LTDA.**, CNPJ nº 36.584.113/0001-29, com sede no SHS Quadra 6, Conjunto A, Bloco A, Sala 501, Asa Sul, Brasília-DF, CEP.: 70.316-102, telefone (61) 98119-2007, representada por sua Sócia, **Sra. ALEXANDRA LOBO SALLES**, RG nº 3.538.140 – DPT/DF, CPF nº 510.237.252-15, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Termo Aditivo, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com suas alterações subsequentes, bem como outras normas vigentes relacionadas com o seu objeto e de acordo com as cláusulas e condições a seguir enumeradas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente Termo tem por fim aditar o Contrato nº 24/2024, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para realização de reforço da estrutura metálica e recuperação da cobertura do edifício Garagem do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), de acordo com as especificações e condições previstas na Concorrência Eletrônica nº 90003/2024 e anexos, de modo a **modificar a forma de pagamento**, por meio da:

- **Inclusão** de redação na Cláusula Oitava do Termo Contratual, para possibilitar a operação de crédito garantida por cessão fiduciária dos direitos de créditos decorrentes de contratos administrativos, nos termos do Parecer JL-01, publicado em 27 de maio de 2020, no Diário Oficial da União.



1.2 Este aditamento é formalizado em atenção ao requerimento da CONTRATADA (cedente), que celebrou Termo de Cessão de direitos creditórios oriundos do Contrato TCDF nº 24/2024 junto à empresa INOVA CREDTECH II FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS, CNPJ/ME nº 51.920.831/0001-12 (cessionária).

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA INCLUSÃO DA REDAÇÃO**

2.1 A Cláusula Oitava do Contrato nº 24/2024 passará a vigorar com a inclusão da redação a seguir:

8.16. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos do Parecer JL-01, publicado em 27 de maio de 2020 no Diário Oficial da União.

8.16.1. A eficácia da cessão de crédito em relação à Administração está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.16.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da CONTRATADA (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista da cessionária.

8.16.3. A celebração do termo aditivo de cessão de crédito e os subsequentes pagamentos condicionam-se à prévia certificação de que a cessionária não foi sancionada com a(s) seguinte(s) penalidade(s):

- Impedimento de licitar e contratar, de que trata o art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de que cuida o artigo 156, inciso IV, da Lei acima mencionada;
- Impedimento de licitar e contratar com a Administração, de que trata o artigo 49 do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, recepcionado pelo Distrito Federal pelo Decreto Distrital nº 40.205, de 30 de outubro de 2019; e/ou
- A penalidade de proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992.

8.16.4. A cessão de crédito não altera as regras de liquidação e de recebimento do objeto contratado. Dessa forma, o valor do pagamento devido à cessionária será precisamente àquele que seria devido à CONTRATADA (cedente), restando inalteradas todas as defesas e exceções ao pagamento e as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de desconto de multas, glosas, prejuízos causados à Administração, e se preservando a sistemática da conta-depósito vinculada e do pagamento direto de que trata a Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 e maio de 2017, caso aplicáveis.

8.16.5. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da contratada.



### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA MODIFICAÇÃO DA FORMA DE PAGAMENTO**

3.1 Por este Termo Aditivo, fica autorizada a realização dos pagamentos referentes ao Contrato nº 24/2024 para a seguinte conta vinculada (*Escrow Account*):

Empresa: L7 CONSTRUTORA LTDA.

CNPJ: 36.584.113/0001-29

Banco: 457 (UY3 SCD S/A)

Agência: 0001 - UY3 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A

Conta: 6321968

3.2 A conta acima deriva do Termo de Cessão de direitos creditórios oriundos do Contrato nº 24/2024, firmado pela CONTRATADA (cedente) junto à empresa INOVA CREDTECH II FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS, fundo de investimento com registro no CNPJ/ME sob o n.º 51.920.831/0001-12 (cessionária).

### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1 Este Termo Aditivo entra em vigor na data de sua assinatura até o término do contrato principal, sendo seu extrato publicado no Diário Oficial do Distrito Federal às expensas do CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR**

5.1 O presente aditamento não implica alteração de valor, não produzindo quaisquer efeitos financeiros.

### **CLÁUSULA SEXTA – DA DESPESA**

6.1 A despesa será imputada à conta do crédito consignado no orçamento do CONTRATANTE, enquadrando-se segundo a natureza em 449051 - OBRAS E INSTALAÇÕES; classificação funcional e programática 01032823139039702; e fonte de recursos 1501.1001 – ordinário – não vinculado.



## **CLÁUSULA SÉTIMA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

7.1 Este Termo Aditivo é celebrado com fundamento nos artigos 89 e 124, inciso II, alínea “c”, da Lei nº 14.133/2021 e no Parecer JL-01, publicado em 27 de maio de 2020 no Diário Oficial da União.

## **CLÁUSULA OITAVA - DA RATIFICAÇÃO**

8.1 Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato mencionado neste ajuste.

## **CLÁUSULA NONA - DO FORO**

9.1 Fica eleito o Foro da Justiça Comum do Distrito Federal, para dirimir dúvidas relativas ao cumprimento deste aditamento.

9.2 E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente Termo Aditivo, do qual se extraíram duas vias, para um só efeito, as quais, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Brasília – Distrito Federal.

(assinado digitalmente)

**PAULO CAVALCANTI DE OLIVEIRA**

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

**ALEXANDRA LOBO**

**SALLES:510237252**

**15**

Assinado de forma digital  
por ALEXANDRA LOBO  
SALLES:51023725215  
Dados: 2024.11.18  
18:20:06 -03'00'

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

(assinado digitalmente)

\_\_\_\_\_  
**Cássia C. P. Aragão**

Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio  
Assistente Técnica

(assinado digitalmente)

\_\_\_\_\_  
**Ana Eunice Portela Oliveira**

Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio  
Assistente Técnica